



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



54

Discurso na sessão de encerramento do seminário internacional “novos rumos do desenvolvimento” e lançamento de livro comemorativo dos 50 anos do BNDES.

SEDE DO BNDES, RIO DE JANEIRO, RJ, 13 DE SETEMBRO DE 2002

Senhor Embaixador Sérgio Amaral, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Embaixador Ronaldo Sardenberg, Ministro da Ciência e Tecnologia; Dr. Eleazar de Carvalho, Presidente do BNDES; Dr. Armínio Fraga, Presidente do Banco Central; Senhoras e Senhores,

Eu queria, antes de mais nada, felicitar o BNDES por essa trajetória de 50 anos. Aliás, quero chamar a atenção também para um outro fato: creio que é a terceira vez que venho comemorar esses 50 anos aqui. Não creio que qualquer outro Presidente da República tenha cortejado mais o BNDES do que eu.

Mas a verdade é que o BNDES merece essa felicitação toda especial de nós todos, brasileiros, porque foi uma instituição que marcou, desde o seu início, a vida nacional e que continua presente nessa vida nacional.

No início chamava-se BNDE – e acrescentou o “S” do Social, que, no começo, era só um pouco de enfeite, mas hoje, por sorte, é realmente uma referência nos programas do nosso BNDES.

Acho que o fato de termos tido a capacidade de constituir uma instituição como esta, aqui, no Brasil –, que durante tantas décadas vem

alimentando idéias sobre o desenvolvimento, mecanismos de planejamento, formas de indução ao crescimento econômico e recursos para permitir que haja crédito suficiente ou, pelo menos, se não suficiente, algum crédito para financiar os investimentos do Brasil –, isso tem uma marca que nos distingue de muitos outros países.

Queria também, aproveitando a oportunidade, dizer-lhes que, entre as marcas do BNDES, a idéia de planejamento sempre esteve presente desde o início. Recentemente, fará já um ano, o então Ministro de Planejamento e Orçamento do Brasil, Ministro Martus Tavares, que hoje está no BID, foi a uma reunião da Cepal, local onde alguns de nós aqui presentes trabalhamos no passado. E as pessoas da Cepal se surpreenderam porque na maioria dos países da nossa região não há mais Ministério do Planejamento. O que poderia parecer um certo anacronismo do Brasil. E na verdade não é. Na verdade, eu acho que este é um dado significativo para mostrar o modo pelo qual, nos nossos esforços de construção de uma nação e definição de rumos para o desenvolvimento do País, fomos absorvendo idéias, mas absorvendo-as e transformando-as, e não simplesmente aceitando idéias e de políticas de acordo com as circunstâncias.

Na verdade, a manutenção da idéia de uma certa capacidade de definir objetivos e ter uma estratégia e de implementar políticas nessa direção é algo muito importante para marcar o modo pelo qual o Brasil vem se adaptando aos desafios do tempo presente. Certamente o planejamento do qual eu falo hoje, incluindo o próprio Ministério do Planejamento e do Orçamento, não tem muito a ver com o planejamento do tempo dos governos militares. Diga-se de passagem, não sei por que estão gabando tanto esse planejamento hoje em dia. Vejo alguns candidatos falando disso com louvor, talvez porque não conhecem os meandros de como funcionavam as instituições e quais foram os efeitos práticos de concentração de riqueza, em função do estilo então prevalecente de planejamento. Hoje, esse estilo não pode mais prevalecer. Hoje, a idéia que se tem é alguma coisa que leva a uma indução – e não somente à indução: certamente existem políticas que podem levar a uma ação em função do âmbito governamental e da presença governa-

mental, mas levam a uma indução na direção de certos mecanismos que sustentem formas de desenvolvimento no Brasil.

Não preciso referir-me aqui ao modo como se desenvolve esse mecanismo de desenvolvimento hoje em dia, até porque, em mais de uma ocasião, já eu próprio me referi aqui, neste BNDES, aos mecanismos de planejamento que estão sendo postos em vigor. Mas a verdade é que temos um planejamento com a visão de sete anos. Esse planejamento está vinculado ao orçamento de cada ano. Não há uma decisão orçamentária que não esteja vinculada a algum objetivo definido no Plano Plurianual, assim se chama, PPA, no jargão mais corriqueiro da burocacia. E não há um desses programas que não tenha um gerente. E não há um gerente desses que não se reporte ao conjunto do sistema, e até qualquer um de nós pode acessar diretamente, dos nossos gabinetes, por computador, o cumprimento ou não dos objetivos que foram pactados.

Nesse processo de redefinição de uma política de desenvolvimento do Brasil, outra vez o BNDES foi fundamental, na definição do que chamamos de os eixos de integração nacional, na definição de quais seriam, se posso chamar assim, as vocações de cada região e de como nós concatenaríamos e vincularíamos o sistema global do Brasil. Isso foi feito a partir de uma consultoria do BNDES e de centenas, senão que milhares de pessoas envolvidas. E tudo isso, depois de discutido, e discutido nas regiões, foi para o Congresso Nacional. E o Congresso discutiu amplamente e definiu, consolidou ou não os objetivos que foram propostos e que são propostos no Plano Plurianual e que se desenvolvem a cada ano, de acordo com os recursos destinados pelos orçamentos.

De modo que há algo mais do que uma mera convergência indutiva, porque há realmente também mecanismos, através de financiamentos que utilizamos, para levar a que aconteçam as coisas que são previstas.

E o "S" do BNDES participa desse processo. Em cada um desses eixos de desenvolvimento ou de integração nacional, nós sempre consideramos a educação, a saúde, os efeitos da reforma agrária. Os gastos sociais são computados também nesses eixos. E a idéia fundamental é a de que haveria uma espécie de sinergia, de um encadeamento, que permitiria

que, progressivamente, os efeitos fossem cumulativos e houvesse uma espécie de contágio positivo a partir da definição de certas formas de investimento.

Isso tudo está definido. Isso tudo tem mecanismos que mostram até graficamente como isso ocorre, as vias de transporte, os problemas de energia, os problemas de comunicação, de telecomunicação, a vocação de cada região em função do desenvolvimento industrial, o setor de serviços, etc. Ou seja, nós mantivemos aqui no Brasil viva a idéia de que era preciso continuar a ter uma visão estratégica do País.

E digo isso – poderia ser ocioso dizê-lo – porque ouço tantas vezes, vejo tantas vezes escrito – talvez porque não saibam – que é preciso criar mecanismos, porque senão o mercado não vai resolver nada. Não vai mesmo. Nunca acreditamos que fosse simplesmente possível deixar que o mercado atuasse sem que houvesse, ao mesmo tempo, uma vontade política e uma definição que levasse à mobilização de certos setores da sociedade para que as coisas acontecessem, para que pudesse haver uma certa mudança.

Só que, obviamente, hoje, não podemos dispor, como dispúnhamos no passado, de vastos fundos de acumulação nas mãos do Estado. Como mencionei a necessidade de absorção de idéias, mas não de conformidade apenas a novas idéias, talvez, nessa absorção de idéias tenha prevalecido, no nosso caso, a questão de dar sempre importância a uma definição de objetivos e de regras e a participação de mecanismos de Governo na definição desse processo, mas com o reconhecimento de que o Estado partiu de uma profunda crise fiscal, o que não é novidade, desde os anos 80, e que, portanto, o Estado, em vez de ser poupadão, passou a ser desinvestidor líquido. O déficit público era, e é, de enorme magnitude.

Então, não é possível, diante dessas condições, imaginar-se que hoje o desenvolvimento e o planejamento, num país como o Brasil, pudesse verificar-se a partir de investimento público direto: não existem os recursos, como havia no passado, através de impostos, e foram penalizados, e corretamente penalizados, com maior êxito ou menor êxito, cer-

tos tipos de investimento, fosse em petróleo, fosse em energia elétrica ou no que fosse.

Hoje, dada a crise fiscal do Estado, foi preciso buscar uma espécie de parceria com os mecanismos privados de acumulação, não só através das formas de privatização, porque isso permitia ao Estado ficar livre não só da dívida, que já tinha, mas do endividamento crescente de cada um dos setores, senão que também permitiu que houvesse uma mobilização de recursos privados para que fosse possível continuar um mínimo de investimento, dado que a poupança pública era limitada. E, como a poupança privada doméstica também é limitada, de alguma maneira, o que aconteceu foi a substituição do que, no passado, era poupança pública pelo investimento estrangeiro direto e continuidade do investimento local.

Grosso modo, recebemos, depois do Plano Real, cerca de 150 bilhões de dólares. E o investimento é direto no Brasil. Só a China recebeu mais do que o Brasil. Mas isso corresponde a não mais do que uma fração. Talvez a taxa de capital fixo seja o quê? 18%, 19%, 20%. Se considerarmos, para facilitar o raciocínio, que o PIB é de 600 bilhões, são 120 bilhões. Em média, estamos recebendo 20 e poucos bilhões de capital, em investimento direto. Logo, 100 bilhões são feitos aqui, são produto da poupança que se gera na nossa economia.

Então, obviamente, não havendo mais a disponibilidade, nas mãos do Estado, dos recursos para investimento, havendo a necessidade de organizar uma estratégia de crescimento, era necessário que o Estado se adaptasse a isso e que, em vez de manter os mecanismos tradicionais de planos de metas, se partisse para esse mecanismo da redefinição dos eixos de desenvolvimento, de uma discussão mais aberta e mais democrática, que levasse, com o apoio do Congresso, à definição, não só dos quantitativos do setor público que seriam investidos em cada região, senão que também houvesse o aporte de recursos externos e nacionais, privados, para que nós pudéssemos manter algum tipo de desenvolvimento.

Bom, a isso me refiro por causa do papel central que o BNDES teve nesse processo e para mostrar um exemplo de como, de alguma maneira,

ra, nós guardamos sempre, aqui, uma certa capacidade de redefinição das políticas e a não aceitação passiva das idéias que podem estar sendo prevalecentes pelo mundo afora. Mas, em termos de retomada de crescimento, obviamente, na situação em que nós havíamos chegado no Brasil, de, como todos sabem, inflação galopante, o desafio número um era controlar a inflação.

Nada podia ser feito sem que houvesse um mecanismo de controle da inflação. Não é que ela prejudicasse a acumulação de capitais, nem sempre, mas prejudicou tudo, profundamente, em especial dois vetores fundamentais para a definição de um país saudável. Primeiro, a renda: consumia de maneira perversa a renda dos mais pobres, que não tinham capacidade de se defender da inflação. Não assim os que tinham essa capacidade, porque havia indexação aqui. Quem não tinha conta em banco não tinha como defender sua renda. Então, o simples fato de estabilizar a moeda já gerou uma certa folga, porque não se trata apenas numericamente de ver se subiu ou não subiu a renda. É mais do que isso. A renda era fictícia, no passado, em grande medida. Ela sumia, desaparecia, rapidamente era consumida pela inflação a renda dos mais pobres. E, simultaneamente, a inflação desorganizou profundamente a estrutura estatal brasileira.

Na verdade, ao lado do esforço que se fez nesses últimos anos para manter as condições de estabilidade – relativa, como toda estabilidade –, houve também a necessidade imperiosa de reorganizar o aparelho de Estado. Só aqueles que têm relação direta – e aqui há muitos – com o aparelho de Estado se deram conta ou podem dar o testemunho do grau a que chegamos de falta de capacidade de ter qualquer política, pela falta de informação, pela falta de estímulo, pela desorganização e pela corrupção. Tudo isso fruto, de alguma maneira, do processo inflacionário, que durou algumas décadas.

Então, a reconstrução do Estado passou a ser uma condição para a possibilidade de se ter alguma perspectiva de desenvolvimento e de crescimento econômico. Depois eu me refiro aos fatores externos e aos desafios dessas questões.

Essa redefinição, essa rearrumação do Estado foi, e é, fundamental. Por quê? Primeiro, porque era preciso devolver ao Estado a capacidade de ele ter algum tipo de ação inteligente, que não fosse rotineira – que não fosse, simplesmente, a de responder às demandas, geralmente de salário, ou às demandas dos setores privados que queriam fundos públicos –, para que o Estado pudesse voltar a ter a capacidade de olhar o dia seguinte, o ano seguinte e um pouco mais adiante. Essa redefinição do aparelho de Estado fez-se de maneira complexa – aqui a maioria deve conhecer esse mecanismo –, fez-se a partir de alguns eixos centrais.

Em tudo que diz respeito ao papel que antes o Estado tinha, de investidor direto, passou a ter o de regulamentador direto, para que a privatização não tivesse como consequência o desatendimento do interesse público. Criação das agências: agência de telefonia, a Anatel; agência de petróleo, a ANP; a agência de energia elétrica, a Aneel; agência de águas, a ANA. As várias agências que foram sendo criadas nesses últimos anos de alguma maneira renovaram o modo pelo qual o Estado atua e permitiram que, a despeito de ter havido forte investimento privado e até privatização, o Estado continuasse a ter um papel significativo na definição de objetivos e de políticas.

Claro que o Estado se retraiu no papel, como eu disse, de investidor direto. Em certos setores, já se vinha retraindo – desde o começo dos anos 90. Em muitos setores, como siderurgia, petroquímica, levamos anos; e só agora, nos últimos dois anos, estamos completando a correção do que foi feito em termos de formas um pouco toscas de privatização, com controles cruzados, incapacidade de definição de uma economia mais competitiva. Não obstante, hoje, em petroquímica, em siderurgia, em papel e celulose, enfim, nesses setores básicos, temos um setor privado, a maior parte nacional, que tem capacidade competitiva. Alguns deles até começam a ter uma certa expansão fora do País. E aquilo que ficou nas mãos do Estado, por exemplo, a Petrobras, tomou feição de uma corporação moderna, em que a intervenção clientelística tradicional desapareceu.

Obviamente que a intervenção clientelística tradicional desapareceu totalmente, por exemplo, nas empresas de telefonia, onde, antes, isso

era butim dos partidos. Quem nomeia que diretor? Eram cento e tantos diretores. Imaginem a nomeação de cento e tantos diretores, dentro de um sistema clientelístico, o que significa e os resultados deformadores desse processo. Isso desapareceu. E, no que ficou nas mãos do Estado, as grandes instituições públicas, estamos num ímpeto cada vez maior de corporações com transparência. Isso vale para a Caixa Econômica, vale para o Banco do Brasil, vale para a Petrobras, vale para o Banco do Nordeste. E esses setores todos foram, pouco a pouco, sendo, se posso usar uma palavra mais forte, expurgados dos maus efeitos da participação partidária clientelística, para que pudessem se orientar em função dos objetivos nacionais, programáticos, etc.

Então, essa modificação me parece que tem um peso muito grande para a modernização do País e para permitir que o País possa vir a ter alguma capacidade de enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, aos quais já me referirei. Essa foi uma área de transformação do Estado, não de destruição do Estado, mas de reconstrução do Estado, porque o Estado estava realmente paralisado pelas burocracias, pela corrupção e pelo déficit público. Não fazia mais nada.

Fui Ministro da Fazenda num momento em que não se tinha informação sobre quase nada. Aqui, alguns outros têm experiência de longo tempo. Não vou dizer quais são, não quero dizer que são tão velhos quanto eu. Mas o Ministro Sérgio Amaral tem. Ele sabe a dificuldade que se tinha – ainda se tem – de ter uma informação adequada, às vezes mesmo de ter arquivos, de ter a capacidade de se transmitir, de uma direção a outra, de um Governo a outro, um mínimo de informações para que o dirigente pudesse tomar decisão. Isso foi sendo modificado. Fomos reconstruindo o Estado, dando ao Estado qualidade e capacidade de decidir.

Um outro grande braço de transformação foi na área social. Na área social, na verdade, há várias questões, mas as grandes linhas de orientação para permitir um novo tipo de desenvolvimento, ao qual já me referirei também, foram, por um lado, levar adiante o que a Constituição mandava. Como toda gente brasileira sabe, não basta a Constituição mandar. A Constituição manda, mas é preciso que se obedeça. E,

para obedecer, é preciso todos os mecanismos muito complexos de redefinição de leis, de práticas, para que as coisas funcionem. A Constituição mandava descentralizar.

O Estado brasileiro era mastodôntico. Era grande, incompetente e mole. Não tinha capacidade efetiva de atuar. Foi preciso descentralizar: descentralizar a educação, descentralizar a saúde, tomar medidas efetivas num país como o Brasil, que tem 5.700 municípios, um país no qual os municípios são entes constitucionais. Não conheço outro país assim. Fui um dos autores da Constituição. Tenho que bater no peito: somos responsáveis por isso. São entes constitucionais. Cada município tem um prefeito eleito, tem uma câmara eleita, tem impostos próprios, presta conta a tribunais próprios e tem um âmbito jurídico de independência muito grande. E não há outra maneira. Com 5.700 municípios, não há outra maneira de fazer o Estado funcionar, senão com um Estado que se organiza também nos seus vários níveis – União Federal, os estados e os municípios. Uma articulação complexa. Num país que é cruzado de caudilismo, de clientelismo, de muitos partidos, de brigas, às vezes, irreconciliáveis, criar-se um padrão que permita funcionamento dessas instituições, a despeito disso, é tarefa do Governo central. Isso significa definir de maneira adequada a alocação de recursos e não ceder, quando se possa, às pressões locais, partidárias e, às vezes, corporativas, de tal maneira que se possa fazer fluir os recursos e fazer com que os recursos cheguem ao destinatário final. Não é fácil. É extremamente difícil.

Não obstante, o Sistema Único de Saúde, assim se chama, avançou bastante no Brasil. E os indicadores são bastante conhecidos: a queda da mortalidade infantil, que é acentuada; a formação de agentes comunitários de saúde, que conta, hoje, com 160 mil; eram 20 e poucos mil médicos de família. Enfim, os dados estão aí mostrando que há resultados expressivos na área social.

Idem quanto à educação. Reconstruiu-se o sistema todo, de tal maneira que houvesse uma indução do Governo Federal. Pela primeira vez, o Governo Federal destina recursos à escola fundamental nos municípios e obriga os estados a transferirem recursos para os municípios.

Fizemos a municipalização do ensino fundamental. Criamos o Fundef, que é a instituição para fazer isso, para aumentar os salários dos professores das áreas mais pobres do País. Houve mais recursos para a educação fundamental, e conseguimos a quase universalização do ensino básico. Hoje, cerca de 97% das crianças estão nas escolas. E, no caso do ensino fundamental, na sua imensa maioria, na escola pública: 90 e tantos por cento na escola pública. Nessa escola cada criança come, pelo menos, um prato de comida, às vezes dois. E também essa comida foi descentralizada, para acabar com os escândalos da concentração lá em Brasília.

Tudo isso não é feito por acaso. Há uma visão de uma nova sociedade, uma nova sociedade que requer muito a ativação das suas bases. É preciso que haja mais capilaridade e mais presença das bases da sociedade no controle da destinação do gasto público e da eficiência desse gasto. Não é fácil, mas é esse o caminho que nós estamos percorrendo em todas as áreas.

Ainda nesta semana, recebi, lá em Brasília, o grupo que participa de uma comissão chamada Conanda, um grupo de cuidar de crianças e adolescentes. Bom, o Brasil tem lei para tudo. Então, existe o Estatuto da Criança e do Adolescente, e o Estatuto, para poder funcionar, requer que haja a formação de órgãos locais para defender os direitos tutelares, enfim, para funcionar esse mecanismo. A eficiência disso ainda é muito pequena, mas a tendência está definida, e eu diria que, hoje, no Brasil, tudo passa por esse mecanismo. Isso não é indução do Estado apenas, do Governo: isso é a forma de a sociedade brasileira se organizar, cada vez mais, na direção do grassroot, cada vez mais na direção de se articular na base. E acontece muito mais coisas no País do que nós somos capazes de saber ou registrar.

Quem tiver capacidade de ver – eu não tenho, mas a Ruth vê sempre – na Internet as ligações que existem, os grupos de jovens, os grupos da base da sociedade, a vibração que existe, a movimentação que existe e que não passa pelos canais burocráticos, não passa pelas definições de Estado, mas passa por uma força própria da sociedade, se dará conta de que este país está avançando nessa direção – uma sociedade que não podia mais

ser contida pelo modelo estatal burocrático do passado, porque requer outra, ela tem já outra dinâmica e requer uma presença diferente do agente público e uma vinculação crescente desse agente público com a sociedade civil, com o trabalho voluntário, com as organizações não-governamentais, que são como cogumelos no Brasil. Desde o tempo do regime militar se via isso. No fim dos anos 70, de alguma maneira, renasceu a sociedade à margem do Estado burocrático militar, autoritário – nem militar era: era autoritário e burocrático – mas havia uma sociedade à margem disso, com enorme força, havia os movimentos sociais.

As greves em São Bernardo são exemplos de um processo que não parou, apenas tomou outra feição, porque o Estado se democratizou. E, ao se democratizar o Estado, naturalmente o que houve foi uma maior porosidade do Estado para poder dialogar com essas múltiplas formas de organizações não-governamentais e desenvolvimentos sociais, inclusive os mais agressivos, como o MST, que, vez por outra, além de invadir a fazenda do Presidente, vinha ao gabinete do Presidente para conversar com ele. O que é uma coisa positiva, mesmo que venha para depois sair e lá fora falar mal, dizer que “está tudo errado”. Mas o problema é que se cria um mecanismo de interlocução com essas forças novas.

Esse é um processo em marcha. E por que me refiro a isso? Por causa do “S” do BNDES. Nós não podemos mais pensar o desenvolvimento como pensamos em outro momento, em que pensávamos pura e simplesmente: vamos crescer, vamos industrializar – na época era a industrialização a paixão. Hoje, temos que pensar o desenvolvimento dessa forma mais complexa. Vamos mudar o Estado, vamos articular de outra maneira com a sociedade, vamos criar redes – não posso olhar para o Castells que me lembro logo da rede – que permitam uma comunicação mais viva entre os vários setores. E vamos, progressivamente, mudando a qualidade da sociedade. Desenvolvimento é aquilo que significa hoje mudança de qualidade. Essa mudança está em marcha, em vários sentidos, não só, como eu disse aqui e todos sabem, pelo fato de que ninguém mais hoje pensa apenas em desenvolvimento econômico como uma coisa separada, nem sequer pensa que o desenvolvimento econômico é capaz de catapultar a riqueza para os mais pobres, porque

sabem que não é. A distribuição de renda depende de outros fatores também. Mas também se pensa em desenvolvimento em termos bastante mais amplos, de participação, e em termos de preocupação com questões que, há dez anos, não eram nem formuladas. Passaram a ser formuladas depois da Conferência do Rio, em 92, como a questão do meio ambiente.

Hoje, não há uma decisão de investimento – uma – de algum significado no Brasil que não passe pelo crivo da análise para se saber qual é o efeito sobre o meio ambiente, amplo sensu. E isso passa a ser até uma exigência da própria sociedade.

Venho de Johannesburgo, e lá me lembrava do que foi a Rio-92, onde a queima da floresta amazônica no Brasil era o mau exemplo. Era a gata borralheira. Tudo era contra. Agora, em Johannesburgo, ao contrário, o Brasil passa a ser um país que está na vanguarda, porque teve não sei quantas centenas de ONGs brasileiras lá, presentes, na vanguarda de uma preocupação com o meio ambiente.

Isso faz parte de uma mudança na qualidade da sociedade e da vida em sociedade. Essa mudança de qualidade, para mim, é tão importante quanto a mudança quantitativa. Nesses últimos 10 anos – os processos são mais longos do que um Governo, dois Governos –, nesses últimos tempos, houve uma mudança de qualidade na questão da nossa sociedade e da nossa visão do que seja desenvolvimento e do modo como é possível levar adiante esse processo de desenvolvimento.

Claro, aí entra o tema que vocês debateram nesses últimos dias, aqui, e eu só li no jornal, e tenho que ler cum grano salis, que é o seguinte: nós vivemos, hoje, um outro momento da história do capitalismo. Não é preciso chover no molhado e repetir o que todo mundo sabe abundantemente, que vivemos, hoje, um processo de interconexão crescente das economias chamado de globalização. Globalização, em alguns setores, é palavrão, é ofensivo. Quando se fala de globalização, na verdade... Aqui, é preciso ter um pouco mais de clareza. A globalização que mais irrita é a financeira. E ela é consequência da globalização dos meios de comunicação e da Internet. Essa é a globalização que deixa todo mundo desconcertado, porque a outra é antiga, sem falar que já somos fruto do

primeiro momento de globalização. A descoberta do Brasil já foi o primeiro momento do capitalismo comercial, da expansão comercial. Capitalismo e tentativa de organizar o planeta são coisas antigas.

O que é novo é não apenas a revolução do processo produtivo, mas a possibilidade de dispersão do processo produtivo à escala planetária, que foi permitida por causa dos meios de transporte e dos meios de comunicação. Foi possível descentralizar e comandar. Bom, isso é um processo também mais antigo. O mais recente é esse a que já me referi, o da globalização financeira.

De alguma maneira, o Brasil teve que se confrontar com esse processo, sendo um país, como nós somos, continental, um país que, até hoje, do seu produto ele exporta uma porcentagem pequena, comparado com outros países, um país que tem mercado interno, um país que tem fronteiras longínquas, que nunca teve muita preocupação com seus vizinhos, nunca se sentiu ameaçado, só no século XIX. Depois disso, não. Não por sua força, mas por sua solidão. Somos um país enorme de solidão. Vivemos entre nós. E, de alguma maneira, quase que nos satisfazemos com isso – viver entre nós. Só que este mundo que se organizou – e as formas de pensar o Estado, de pensar o desenvolvimento, de pensar a economia que se formaram antes desse novo momento da expansão do sistema capitalista e da integração mais planetária – não tem mais possibilidade de avançar nessa direção.

E, mesmo sem que percebêssemos, algumas decisões foram sendo tomadas no Brasil que foram vinculando o Brasil crescentemente ao resto do mundo. Por exemplo, na questão da energia. É uma questão interessante. Nas décadas de 30, 40, 50 até 60, a idéia era uma só: era a auto-suficiência. Petróleo, energia. Era pensar o nosso meio, aqui dentro. De repente, começou a questão do Paraguai, Itaipu, por razões que nunca ficaram muito claras na minha cabeça. Mas, enfim, foi feita Itaipu e nos vinculou ao Paraguai.

Bom, progressivamente fomos fazendo. A integração energética é muito grande hoje. Hoje o Brasil tem gás da Bolívia, gás da Argentina, petróleo da Argentina, petróleo da Venezuela, energia elétrica da Venezuela, energia elétrica do Paraguai. Quer dizer, de alguma maneira nós

fomos nos integrando ao nosso meio aqui, o meio mais próximo, o meio geográfico, e integrando de maneira muito estável, porque são interesses que se constituem, são eixos de desenvolvimento, e passa a haver uma mútua dependência. Há uma certa interdependência nesse processo.

Mas não é só isso. Obviamente houve o processo de abertura da economia, a diminuição das tarifas. Não foi fácil. O modo como foi feita a redução das tarifas é muito criticável. Sempre em setores locais, que estão dominando a área, vão achar ruim a diminuição das tarifas porque vão se sentir ameaçados. E vai ter sempre um certo saudosismo de um momento em que era possível vender para um mercado cativo produto de má qualidade a preço alto.

Competição é como inovação: todo mundo gosta de falar, mas não gosta de praticar. Não é agradável. Mas o fato é que, bem ou mal, a competição veio. Poderia ter vindo de formas melhores ou piores. E nós sobrevivemos.

A verdade é que a economia brasileira foi se ajustando a esse ambiente competitivo. E bastante bem. Não só nos setores tradicionais, onde há setores muito fortes, que são os agrícolas. Basta dizer que, este ano, este semestre passado, a agricultura brasileira cresceu 8%. Não é pouco. Com todo o subsídio, protecionismo, etc. Em certos setores agrícolas, houve uma modificação enorme no agrobusiness, em soja, algodão, suco de laranja, milho, pecuária. Bom, foi se tornando mais competitivo. Hoje é bastante competitivo, a tal ponto que quem devia estar com medo da Alca eram os outros, em certos setores. A Europa sabe disso e não abre.

A negociação tão querida por todos nós entre a União Européia e o Mercosul anda devagar, porque, se andar depressa... Nossa capacidade, junto com a da Argentina, é imensa. Neste ano, nós produzimos 100 milhões de toneladas de grãos. Isso talvez produzam os Estados Unidos, a China – não sei se China. Mais ninguém. Bom, mas não é que produziu: a produtividade aumentou exponencialmente. No começo dos anos 90, nós produzimos 50 e poucos milhões de toneladas de grãos. Agora, 100. A área plantada aumentou muito pouco, 2% talvez. O que

aumentou foi a produtividade. E por trás da produtividade o que está? A Embrapa, desenvolvimento tecnológico, revolução tecnológica, capacitação das pessoas, treinamento das pessoas, um ambiente muito mais aberto no campo, no setor do agrobusiness. Isso ocorre sem que a sociedade registre muito essas transformações, que são enormes. Nós ainda temos 20% da nossa população economicamente ativa no campo. Caiu, mas ainda é bastante, ainda é elevada. Agora, essa transformação é palpável.

A mesma coisa na pecuária. E, por trás disso, está um órgão estatal, a Embrapa, que é talvez a maior agência de desenvolvimento tecnológico, certamente, do hemisfério sul, continental. Tem mais de mil Ph.Ds trabalhando na Embrapa.

Não se fez tudo isso, portanto, sem que houvesse uma certa definição do que era necessário fazer, uma certa preocupação, uma certa deliberação, uma certa visão da necessidade de que isso viesse a ocorrer. E houve uma modernização grupal no setor do agrobusiness.

Não vou entrar na questão do outro setor, da agricultura familiar, onde houve uma modificação enorme também. Basta dizer que não havia, até 1996, um centavo de crédito para a agricultura familiar. Agora nós temos, neste ano, mais ou menos, se o Ministro Malan, que não está por aqui, não me corrigir (ou não segurar a verba), 4 bilhões. Era zero. Então, não é só agrobusiness: também há outras formas de agricultura. Por isso tem 20% da população no campo. E todas as siglas que estão por aí foram inventadas por nós. Pronaf não existia. Moderfrota. O crescimento da produção de tratores e de caminhões é exponencial, agora, na crise.

Bom, então a qualidade mudou. Mas mudou também a qualidade no setor industrial. E aqui tem gente que entende muito mais que eu desse assunto, como o Antônio Barros de Castro, que está aí – li tantas vezes o trabalho dele sobre o chão da fábrica, as mudanças que estão ocorrendo no microprocessamento das questões. Há uma mudança qualitativa que não pode ser medida só em termos de output, do que se produziu. Claro que se for produzir mais é melhor. Mas nós produzimos produtos que não eram vendáveis internacionalmente.

Um ex-Presidente aqui dizia que nós produzíamos carroças, e não carros, não automóveis. Hoje, as fábricas mais modernas – as últimas a serem feitas são a Renault e a Ford – todas estão aqui, digamos, há seis anos. Nós produzimos automóveis em São Paulo e em Minas. Hoje, há muito mais fábricas em São Paulo, mais em Minas, no Paraná, no Rio Grande do Sul, na Bahia, em Goiás, no Rio de Janeiro. Espalhou-se pelo Brasil a produção de automóveis. E a qualidade só pode ser uma, tem que servir para poder exportar, tem que ter qualidade global. O número de robôs aumentou enormemente. E quem tem experiência do setor automobilístico? Eu só a tenho de ver fazer greve, nos anos 70. Mas não havia praticamente robô: o que havia eram as pessoas “blindadas”, para poder chegar perto daquelas coisas de que saía fogo, fumaça e fogo, para fazer com maçarico. Hoje é robô. Então, houve uma mudança de qualidade. Bom, isso é sabido.

Quer dizer, na questão de petróleo é a mesma coisa. O que a Petrobras tem feito é bastante significativo em termos da qualidade: extrair petróleo de água profunda.

O exemplo de que nós, brasileiros, mais gostamos é dos aviões. Não será talvez o de tecnologia mais complexa. Aqui mais se junta do que se produz a tecnologia. A Petrobras tem que produzir uma tecnologia para ir lá no fundo do mar e extrair petróleo. Mas, de qualquer maneira, produzimos aviões e competimos. Quer dizer, houve mudança de qualidade.

Bem, isso tudo permite ao Brasil ter alguma possibilidade de enfrentar os desafios contemporâneos, que não são fáceis. E não são fáceis exatamente por – já mencionamos aqui – essa parte mais nova do processo de globalização, que é o problema das imensas perturbações que o capital financeiro tem causado nos últimos tempos. Basta dizer da minha experiência direta, como Presidente: já enfrentei cinco crises.

A crise do México, em dezembro de 94, impediu, com eu já disse aqui mais de uma vez, que nós ajustássemos o câmbio, como era necessário. Quando fomos fazer o ajuste, em março de 95, sob os efeitos ainda da crise do México, não funcionamos bem. E tivemos que enfrentar em seguida a consequência disso aqui, que foi uma crise no nosso